

Dossiê Patrimônio Cultural

Apresentação

A conservação patrimonial vem assumindo uma importância inédita nos estudos de diversas áreas disciplinares. A antropologia, a história, a sociologia, a museologia, a geografia, a arquitetura e a arqueologia têm se debruçado sobre o fenômeno da categoria “patrimônio cultural” na sociedade contemporânea. O interesse e a atenção dos pesquisadores e intelectuais pelo tema não devem ser naturalizados. A demanda pela pesquisa aumenta proporcionalmente à expansão do processo de patrimonialização. Assim, à medida que se expandem sobremaneira as políticas de preservação do patrimônio cultural, ampliam-se também os locus de pesquisa para as diversas áreas disciplinares. O dossiê “Patrimônio Cultural” vem atender à demanda de pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação e agentes culturais interessados no tema.

As políticas de patrimônio, tanto por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em âmbito nacional, como por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em âmbito internacional, atendem cada vez mais a uma clientela diversificada: do monumental ao vernacular; do erudito ao popular; da elite às camadas populares e tradicionais. Seleção, restauro, conservação, revitalização, gentrificação, proteção, valorização, divulgação, reconhecimento e, mais recentemente, inventário, registro e salvaguarda. Ações que visam preservar os bens culturais que têm relevância para a memória, a história e a identidade da nação e/ou da humanidade; que sejam “referências culturais” de identidades específicas.

É nesse contexto de expansão do patrimônio que se insere o dossiê apresentado pelo presente volume da Revista Sociedade e Cultura. As pesquisas e reflexões que o dossiê apresenta refletem a diversidade de categorias patrimoniais, áreas disciplinares, inserções institucionais e perspectivas teóricas diante desse objeto em expansão.

Especificamente, para a antropologia, não há apenas expansão de objetos de pesquisas, pois que empiricamente o mundo está se patrimonializando. Há, sobretudo ampliação de mercado de trabalho por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC), inscrição dos bens de natureza imaterial nos Livros de Registro (das Celebrações, dos Lugares, dos Saberes, das Formas de Expressão) e dos planos de salvaguarda para os bens patrimoniais. Assim, os antropólogos não são mais apenas observadores de um fenômeno social, mas também co-participantes do processo que seleciona culturas, registra e divulga bens culturais como representativos da nação.

É com o olhar voltado para essa nova conjuntura que se desenvolvem as análises propostas nos artigos de minha autoria, “A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios”, e de Regina Abreu, “Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação dos antropólogos nas questões do patrimônio”.

Atenta à crescente velocidade com a qual se espalharam mundialmente obsessões com o passado e, sobretudo, com o que nós costumamos chamar de “patrimônio”, e inquieta com esse fenômeno, no artigo de minha autoria proponho primeiramente dialogar com alguns teóricos do patrimônio sobre o fenômeno de patrimonializar bens culturais e “arquivar” culturas literal ou metaforicamente. Nesse contexto de expansão, situo as ampliações das políticas de preservação tanto do Iphan quanto da Unesco, sobretudo aquelas relativas aos bens culturais de natureza imaterial (ou intangível), que têm conclamado antropólogos como agentes importantes e indispensáveis no trabalho de inventariar, registrar e salvaguardar “referências culturais” de determinados grupos humanos.

Em nome da tradição etnográfica e da contribuição metodológico-teórica de significativa relevância para a antropologia nacional, convido antropólogos indigenistas, “etnólogos-orgânicos”, como quer Roberto Cardoso Oliveira, ou “antropólogos-ativistas”, como quer Alcida Rita Ramos, para dialogarem com a problemática da responsabilidade social e da ética que se impõe para o antropólogo que convencionei chamar de antropólogo inventariante. Trata-se do antropólogo que participa de alguma etapa do processo de inventariar, registrar ou salvaguardar “referências culturais”, seja como pesquisador em uma das etapas do Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC), seja como coordenador ou responsável por inventários, seja como consultor ou membro do Conselho Consultivo do Iphan. Nesse sentido, proponho também uma analogia entre o laudo pericial executado pelo indigenista e o que chamo de laudo cultural realizado pelo antropólogo inventariante.

Proponho que os antropólogos que lidam com questões relativas aos patrimônios culturais balizem suas ações e reflexões na direção de alguns pontos que considero cruciais. Dentre outros, destaco a questão da representatividade e de agencialidade dos criadores e portadores dos bens culturais. Como (e quem vai) garantir que os próprios criadores e agentes locais do bem cultural serão também “agentes” no processo de seleção de políticas e regulamentação de seus direitos? Como podemos nós antropólogos contribuir para que a cidadania seja efetivamente alcançada no processo de patrimonialização dos bens culturais?

Lanço luz sobre as novas práticas profissionais dos antropólogos não a fim de imobilizar-lhes a ação, mas a fim de ampliar-lhes os horizontes etnográficos e teóricos.

O artigo de Regina Abreu narra o notório crescimento do interesse dos antropólogos pelos estudos e pesquisas sobre “patrimônio cultural”, concomitantemente à constituição de um “campo de intervenção social”. A partir da década de 1980 até o momento atual, Abreu destaca não apenas os estudos antropológicos que tomaram o patrimônio como um objeto de observação, como também os estudos de outras áreas disciplinares como a museologia, a história e a sociologia, seja refletindo especificamente sobre patrimônio, seja tomando a nação, a memória social,

os museus, suas coleções e as práticas de colecionamento como objeto privilegiado de análise. Apresenta o contexto no qual surgem os cursos de pós-graduação em Memória e Patrimônio nas universidades brasileiras, destacando a importância do diálogo estabelecido entre agentes estatais do patrimônio e pesquisadores com vínculos nas universidades. O ponto crucial de suas reflexões gira em torno da política de preservação dos bens intangíveis e a relação entre esse novo campo de atuação e os antropólogos. Reflete sobre os “desafios e possibilidades” com os quais os antropólogos têm se deparando. Apresenta “as diferentes posições dos antropólogos no campo do patrimônio”, tanto daqueles que “estudam, refletem e produzem sobre o patrimônio, quanto daqueles que “se colocam como agentes ativos do patrimônio”, considerando oportunamente “as tensões e/ou conjugações entre diversas formas de atuação, reflexivas e/ou práticas”.

Tanto o meu artigo quanto o de Abreu defendem que a atitude reflexiva da antropologia não seja subsumida pela pragmática atuação nos processos de patrimonialização.

O artigo de Leticia Vianna apresenta questões relativas ao processo de pesquisa, inventário, salvaguarda e registro, no Livro dos Saberes do Iphan, da viola-de-cocho como patrimônio cultural brasileiro. Esse processo foi desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), “no bojo do projeto de valorização da riqueza, pluralidade, diversidade e criatividade cultural como o fator de unidade nacional”. A viola-de-cocho, instrumento musical encontrado no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, integra, segundo Vianna, “o complexo musical, coreográfico e poético do cururu e do siriri, cultivado por segmentos das camadas populares como diversão ou devoção a santos católicos”. Coordenadora do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) – atualmente vinculado ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan, como uma unidade especial e descentralizada –, Leticia Vianna, sem perder a perspectiva reflexiva, tem ocupado de forma ética e responsável o papel de antropóloga que, enquanto coordena inventários, propõe registros e planos de salvaguarda de “referências culturais”, não deixa de se inquietar com questões de ordem metodológica e teórica. Exemplo disso é que revela, em seu artigo, as contradições internas ao próprio sistema cultural no qual se insere a viola-de-cocho. Não obstante gostarem os “curureiros” de se apresentar em festas oficiais, nas quais são acionados valores de troca, reclamam “que as rodas tradicionais estão perdendo espaço no âmbito da cultura de massa”. Por meio desse “universo significativo da pluralidade cultural do país” que é a viola-de-cocho, Leticia Vianna trata da relação entre preservação/inovação, tradição/modernidade, apontando para a importância de se entender esse universo também por meio dos fluxos migratórios e da difusão cultural.

Julie Cavignac e Maria Isabel Dantas analisam o contexto cultural no qual é produzido e consumido o chouriço do Seridó, do interior do Rio Grande do Norte, afirmando que, como um sistema alimentar e simbólico, deve ser “lido em conjunto na decifração de um complexo cultural que pode ser definido como patrimônio imaterial”. Apresentam o lugar privilegiado ocupado pelo chouriço – um doce feito de sangue de porco –

nas práticas alimentares e festivas do sertão nordestino. Sendo fortemente marcado por elementos do contexto rural, o alimento tradicional conserva-se enquanto se renova em meio a novas temporalidades e historicidades. Ao realizarem uma breve etnografia do alimento-dom, as autoras destacam o quanto o evento festivo, que é a feitura do doce, revela a organização social sertaneja, sistemas classificatórios, representações simbólicas e fortes laços de solidariedade. O chouriço, “100% sertanejo”, muito mais do que atender às demandas fisiológicas de alimentação, cria, segundo as autoras, “um sistema de comunicação no qual está implicado um conjunto de símbolos que servem de critérios de pertencimento e identidade para esse grupo social”. Como marca identitária fixada pela tradição, a autenticidade do chouriço é afirmada como traço principal de um patrimônio comum. A relação entre os valores de uso atribuídos pelos sertanejos ao chouriço e os valores de troca que entram em cena, impulsionados pelo mercado, deve ser destacada, uma vez que em vários artigos deste dossiê surge a preocupação com o processo de mercantilização pelo qual tem passado o patrimônio.

É sobretudo no artigo de Rogério Proença Leite que se localiza pontualmente o debate sobre consumo cultural. O autor analisa os processos contemporâneos de transformações do patrimônio cultural em mercadoria, no âmbito de políticas de gentrification. O caso do antigo Bairro do Recife, em Pernambuco, é seu referente empírico. Apresenta criticamente os processos de retraditionalização dos espaços enobrecidos, detalhando as implicações para a qualificação de certos espaços urbanos como espaços públicos. As políticas culturais de gentrification, não obstante fundarem-se na idéia de tradição, alteram o modo como se opera com o conceito. Uma vez transformados em patrimônios nacionais, os centros das antigas cidades são acrescidos da “dimensão mercadológica”, o que “implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais”. Assim, o patrimônio como mercadoria cultural tem ressaltado seu valor de troca, à medida que são ampliados “os espectros econômicos dos seus valores de uso”. Leite chama atenção para a redução do valor cultural ao econômico, o que poderia “subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultado em uma espécie de ‘fetichização’ da cultura”. As reflexões de Leite, fruto de um diálogo profícuo com eminentes cientistas sociais, na sua maioria contemporâneos, são demasiadamente oportunas, sobretudo quando nos lembramos da onda de patrimonialização que assola cidades, estados e países por todo o mundo, a despeito de suas conseqüências.

Muito embora seu artigo se refira exclusivamente aos bens culturais edificados – os núcleos urbanos históricos que passam pelo “enobrecimento” –, é possível, com base em suas proposições críticas, fazer uma analogia com os patrimônios imateriais. Na lógica do mercado dos bens culturais intangíveis, como serão equacionados tradição e consumo? No caso do patrimônio cultural enobrecido, tratado por Leite, o passado transformado em relíquia (com o objetivo de produzir a retraditionalização) pode “sugerir a predominância de aspectos culturais artificialmente selecionados a fim de operar a dupla inserção – simbólica e econômica”. Não parece plausível que um processo de retraditionalização seja

desencadeado no caso dos patrimônios imateriais? Quais sujeitos sociais serão agentes das escolhas de “aspectos culturais” escolhidos “artificialmente” para atender à dupla inserção (simbólica e econômica)? Quais agentes terão mais acesso à dimensão econômica do passado retraditionalizado?

É também sobre o patrimônio urbano e edificado que trata o artigo de Luciana Teixeira de Andrade e Tarcísio R. Botelho. Resultado de pesquisa feita com proprietários de bens tombados da cidade de Belo Horizonte, o artigo revela os conflitos emergentes da prática do tombamento. Tema que urge em ser pesquisado nas várias localidades portadoras de bens patrimoniais reconhecidos oficialmente pelo município, pelo estado ou pela União. Analisam não apenas a ação de proteção ao patrimônio cultural na cidade, como também, e isso é de veras importante, a recepção da política patrimonial por parte dos proprietários de bens imóveis tombados. Andrade e Botelho destacam que o ineficiente processo de comunicação entre poder público e proprietários dos bens tombados desencadeia inúmeros conflitos e mal-entendidos. Há, por exemplo, a desaprovação de grande parte dos proprietários da maneira como foram informados do tombamento em seus respectivos imóveis.

Para além de Belo Horizonte, vale lembrar que a impessoalidade do processo de seleção e tombamento dos bens imóveis é ainda bastante comum na maior parte das localidades, fato que prejudica sobremaneira a relação entre proprietários e agentes da preservação do patrimônio, sejam estes municipais, estaduais ou federais. Como revelam Andrade e Botelho, o processo não é suficientemente claro, uma vez que há necessidade de sigilo como recurso para evitar as demolições dos proprietários que correm contra o tempo e contra o tombamento.

Conforme analisei em outro trabalho, a antinomia dos direitos – direito privado x direito público, intermediados pelos direitos metaindividuais – resultante da concorrência entre direitos fundamentais é cada vez mais freqüente em localidades portadoras de bens patrimoniais. O artigo de Luciana Teixeira de Andrade e Tarcísio Botelho incita a refletirmos sobre a necessidade de uma gestão do patrimônio cultural que se pretenda mais dialógica e, portanto, democrática.

Encerra o dossiê o artigo de Andréa Delgado sobre o Museu Casa de Cora Coralina na cidade de Goiás (GO). Com base na investigação do trabalho de construção e gestão da memória executado pelo discurso museológico biográfico, Delgado delinea a “disputa” ou “intriga” em torno da fabricação da biografia da “Mulher-Monumento”, envolvendo uma “rede de memórias que ora se apóiam, ora se cruzam, ora se excluem”. Inserida no núcleo histórico reconhecido pela Unesco como patrimônio mundial em 2001, a Casa Velha da Ponte e sua moradora, Cora Coralina, são símbolos emblemáticos da cidade e a simbiose entre eles “testemunha a ligação” de Cora Coralina com o “passado imemorial configurado na cidade colonial”. Delgado investiga também a montagem da exposição museológica, realizada após a enchente de 2001, que atingiu a cidade e a casa da poetisa. Objetos, imagens e discursos são selecionados e descartados em um trabalho de produção da memória e do esquecimento.

Atenta também às questões de gênero, a análise de Delgado é de veras oportuna, pois desvela a relação memória (lembração/esquecimento),

história e museu no trabalho de construção do patrimônio. Entendo que os silêncios produzidos pelo discurso museológico no Museu Casa de Cora Coralina são apenas uma parte dos silêncios produzidos pela cidade “patrimônio mundial”. Nos vários outros museus, nas pontes, largos e becos, nas igrejas, capelas e arraiais, nos chafarizes e bicas, lembranças e esquecimentos foram e continuam sendo engendrados a fim de construir e manter a cidade que se tornou “histórica” e foi “patrimonializada”, a partir da segunda metade do século XX. Alguns desses silêncios ainda poderão ser desvelados por meio das memórias dissidentes e subterrâneas que sobrevivem, a despeito do discurso oficial das políticas e práticas patrimoniais locais.

Um dos anseios deste dossiê é o de sensibilizar os cientistas sociais – mas também pesquisadores de outras áreas disciplinares – quanto a sua responsabilidade social e ética para com os grupos criadores e portadores de bens culturais patrimoniais. Esperamos que o dossiê apresentado nesta revista contribua para com os debates sobre as políticas e práticas patrimoniais que se alastram de forma avassaladora pelo mundo, iluminando a relação entre a lógica que sustenta a conservação patrimonial e os conceitos de história, memória, identidade, etnicidade, alteridade, bem como sua relação com as práticas de colecionamentos e o mercado simbólico dos bens culturais. Este número de Sociedade e Cultura espelha a riqueza de abordagens e a diversidade dos temas abarcados pela produção das ciências sociais no Brasil hoje.

IZABELA TAMASO